

Relações com a China

Publicação: [O Mundo em Português Nº61](#)

Data de Publicação: Fevereiro/Março de 2006

Autor: Miguel Santos Neves, Annette Bongard

A natureza e intensidade dos laços que os empresários chineses em Portugal mantêm com a China constitui um dos aspectos de particular relevo e interesse no âmbito do projecto de investigação sobre a comunidade de negócios chinesa em Portugal, pois é uma questão não abordada na maioria dos estudos sobre as comunidades chinesas na Europa, que tendem a centrar-se sobretudo sobre a sua estrutura e integração no país de acolhimento. Os dados do inquérito revelam, desde logo, que a esmagadora maioria, correspondendo a 93% dos empresários, mantém relações com a China – apenas uma pequena minoria, 5%, não tem quaisquer relações com o país de origem. O elevado nível de relacionamento não é explicado apenas pelo carácter recente da comunidade de imigrantes chinesa, o que tende a implicar ligações mais fortes, mas também pelo dinamismo da economia chinesa e pelas oportunidades associadas ao mercado chinês.

O quadro de relações com a China é mais complexo e sofisticado do que se poderia inicialmente supor. Com efeito, se é verdade que, como seria de esperar, as ligações pessoais são as dominantes, reflectindo os contactos com os familiares em períodos como o Ano Novo Chinês e o Verão, surge um conjunto de outras ligações de natureza económica com algum significado, cuja dimensão é menos conhecida. Com maior expressão surgem as ligações comerciais, referenciadas por mais de 40% dos empresários, que envolvem não apenas a importação, a partir da China, de produtos para venda no mercado português, mas também operações de exportação para a China. Um dos casos mais significativos identificado no âmbito das entrevistas é o da empresa Fei Long e o da crescente exportação de blocos de mármore português para a China, que atingiu em 2003 cerca de 70 contentores, existindo a expectativa de, num período de 2 a 3 anos, as exportações poderem vir a ser superiores às importações de peças de mármore da China. De um modo geral, importam-se produtos finais, manufacturados, e as exportações são de matérias-primas com interesse para a China.

Contudo, o dado mais significativo é a dimensão do novo fenómeno do investimento directo dos empresários chineses em Portugal na China. Os dados do questionário

revelam que cerca de 20% dos empresários tem já projectos de investimento na China. No âmbito das entrevistas concluiu-se que existem ainda vários empresários com a intenção de vir a realizar investimentos a médio prazo na China, o que aponta para que esta tendência se venha a reforçar nos próximos anos. Das entrevistas pode-se ainda concluir que os investimentos têm duas lógicas distintas. Em primeiro lugar, há investimentos nos mesmos sectores em que os empresários operam em Portugal, numa lógica de expansão do negócio que explora os contactos criados na Europa e o know-how acumulado em conjunto com as ligações à China. Um exemplo desta lógica é o investimento que a empresa Fei Long está neste momento a realizar em Shangai, com a construção de uma unidade de transformação de mármore com tecnologia de ponta e uma dimensão significativa, virado simultaneamente para a produção para o mercado local e para a exportação. Em segundo lugar, os investimentos na China têm como objectivo não apenas a exploração das oportunidades locais mas também a diversificação do negócio, investindo em sectores diferentes daqueles em que operam em Portugal.

Este fenómeno do crescimento do investimento dos empresários chineses na China é explicado não só pelas oportunidades de negócio num mercado em expansão mas também pelo tratamento mais favorável e a política de acolhimento activa que as autoridades chinesas, especialmente a nível regional e local, oferecem aos overseas chineses. Estas vantagens traduzem-se em condições mais favoráveis de acesso ao crédito, terrenos para construção a preços mais baixos e simplificação e redução da burocracia nos processos administrativos de aprovação.

De realçar, neste contexto, a importância do associativismo, por um lado, e das ligações institucionais com governos provinciais e municipais na China, por outro. Com efeito, diversos empresários chineses em Portugal desempenham cargos formais nos Conselhos Consultivos Provinciais e Municipais, tendo sido indicado no âmbito das entrevistas realizadas que neste momento existem três conselheiros políticos provinciais e um conselheiro municipal. Este facto traduz a estratégia dos governos provinciais e municipais mais activos internacionalmente na promoção dos seus interesses económicos específicos das suas regiões, utilizando como instrumento essencial destas acções de «paradiplomacia» as redes de empresários chineses originários destas regiões. Alguns empresários chineses foram nomeados «embaixadores económicos informais» em Portugal de cidades chinesas, como é o caso do Presidente da Liga dos Chineses em Portugal que foi designado como «Embaixador para a captação de investimento estrangeiro» pela cidade de Qingdao, província de Zhejiang.

A função destes embaixadores, em particular, e das redes, em geral, inclui também a angariação de investimento estrangeiro de empresários europeus, particularmente de PMEs. Contudo, tanto nos inquéritos como nas entrevistas não se detectou nenhum caso de concretização de investimentos de empresários portugueses na China – isoladamente ou em parceria com empresários chineses – através destes canais. Este facto pode ser explicado pela atitude de aversão ao risco das PMEs portuguesas, pelas diferenças sobre a forma de fazer negócio e dificuldades de comunicação decorrentes da língua. Estas parcerias, porém, são um instrumento potencial de grande interesse numa estratégia de internacionalização, na medida em que as PMEs possam tirar partido dos *guanxi* dos parceiros chineses e assim reduzir os custos de transacção, o risco e melhorar o conhecimento e acesso ao mercado. Os obstáculos à cooperação inter-empresarial merecem, por isso, uma investigação mais aprofundada.

As ligações dos empresários chineses com a China são fortes e acima de tudo activamente aproveitadas e promovidas pelo Governo central mas também pelas autoridades provinciais e locais chinesas. Perfila-se cada vez mais uma política estruturada da China relativamente aos empresários chineses no estrangeiro, nomeadamente na Europa, que faz parte integrante da estratégia do desenvolvimento do país e da sua integração da economia global. No contexto da dinâmica da globalização das trocas comerciais e dos investimentos os empresários chineses no exterior desempenham um papel estratégico fundamental a três níveis distintos: (i) como porta de entrada das exportações chinesas; (ii) como financiadores do investimento na China através do reinvestimento dos lucros obtidos na Europa; (iii) e como facilitadores do processo de investimento directo chinês na Europa e no espaço lusófono, funcionando nalguns casos como parceiros das empresas chinesas para esse fim.

Relativamente ao investimento na China, a função dos empresários chineses ultrapassa os investimentos directos por eles feitos com base nos lucros realizados nos seus negócios na Europa, na medida em que funcionam como factores mobilizadores de capitais de empresários europeus e acrescentam o seu know-how em termos de gestão, contribuindo para o crescimento da economia chinesa através dos seus conhecimentos específicos e experiência dos diferentes mercados na UE. Essa lógica é bidireccional, na medida em que os empresários chineses também são vistos como facilitadores e potenciais parceiros de investimento directo chinês na Europa e fora dela, explorando as ligações que os empresários europeus têm com outras regiões do mundo, disponibilizando o seu know-how de mercado e os seus contactos (*business intelligence*). No caso português, o interesse centra-se nos mercados brasileiro e angolano.

A criação de associações chinesas de empresários, e de outras naturezas, é um fenómeno relativamente recente, que se iniciou em Portugal na década de 90 com a criação da «Associação Luso-Chinesa em Portugal», com sede no Algarve (Albufeira), constituída em 1990. Durante a década de 90, o número de associações cresceu rapidamente existindo hoje cerca de 13 organizações, existindo contudo três principais: Associação Luso-Chinesa em Portugal, Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa, criada em 1997, com sede em Lisboa (Algés); Liga dos Chineses em Portugal, criada em 1997, que corresponde a uma mini-federação de associações de natureza distinta, com sede no Porto, cuja área de intervenção é fundamentalmente a zona Norte. Estas associações têm mais um objectivo e motivação externos do que internos, visando antes de mais a obtenção por parte dos seus dirigentes de um estatuto especial junto do Governo chinês que lhes confere um conjunto de vantagens: um estatuto protocolar especial, com acesso facilitado aos circuitos políticos chineses; acesso a um tratamento diferenciado em termos empresariais, beneficiando de facilidades e condições mais favoráveis para investimento na China, nomeadamente ao nível do acesso ao crédito e da obtenção de terrenos a custos mais baixos.

Um dos fenómenos mais interessantes que se desenvolveu na União Europeia, no decurso da década de 90, foi a emergência de um associativismo chinês pan-europeu, que denota já um grau significativo de sofisticação e que tem estado envolvido quer em contactos com as autoridades da UE quer na realização de estudos sobre as próprias comunidades chinesas na Europa. As associações em Portugal participam nesta Associação Pan-Europeia desde o início dos anos 90, embora não exista uma plataforma ou estrutura única nacional para esse efeito mas antes uma participação autónoma e descoordenada de várias associações.

Os objectivos fundamentais desta organização à escala europeia são fundamentalmente três: apoio cruzado aos sócios das diferentes associações europeias; pressão política coordenada sobre a UE e as autoridades comunitárias sobre matérias relacionadas com a política de imigração ou sobre as políticas comerciais; troca de informações sobre a situação das comunidades chinesas nos diversos países. Relativamente a este último aspecto, nas diversas reuniões de coordenação cada associação nacional informa as restantes sobre a dimensão e características das comunidades chinesas no respectivo país, o estado da economia, incluindo a situação macroeconómica e a situação de sectores específicos, trocando igualmente informações sobre os sectores com maior potencial e as oportunidades de negócio e investimento. A associação garante assim um verdadeiro sistema de «inteligência económica» e a disponibilidade de informação actualizada sobre os diversos mercados

e as suas especificidades prestada por empresários com presença e experiência directa de terreno.

A investigação permite concluir que os empresários chineses mantêm relações privilegiadas com a China e desempenham um papel estratégico no plano informal, como agentes de paradiplomacia de províncias e governos locais, no processo de integração e consolidação da posição competitiva do país na economia global. No entanto, o papel potencial que poderiam desempenhar na abordagem do mercado chinês pelas empresas europeias, em particular das PME's, bem como na canalização dos novos fluxos de investimento chinês para a Europa, não tem sido concretizado. As diferenças de cultura empresarial, a oposição das lógicas guanxi/contrato como instrumento de regulação dos interesses no mercado e, no caso português, a aversão à cooperação inter-empresarial e o baixo nível de internacionalização das pequenas e médias empresas, constituem os principais obstáculos ao aproveitamento das oportunidades que a comunidade de negócio chinesa apresenta para a internacionalização das PME's portuguesas.

[1] Entrevista com o empresário Zhu Long, 4.3.2004.

[2] Entrevista com Y Ping Chow 6.12.2003 e comunicação do Presidente da Liga dos Chineses em Portugal no Forum Viver a Europa organizado pelo IEEI em 4.11.2004.